



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional

O SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO NEOLIBERAL: RELAÇÕES DE TRABALHO E PRECARIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Marcelly Batista de Oliveira¹
Mariane Mendes Severo²

Resumo: Este artigo³ tem por objetivo problematizar a precarização do trabalho do assistente social no contexto neoliberal que circunda a sociedade brasileira desde a década de 1990. Devido às transformações e redefinições do trabalho na contemporaneidade, busca-se analisar os efeitos do ideário neoliberal e seus rebatimentos para o trabalho do assistente social.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Precarização do Trabalho. Reestruturação produtiva. Serviço Social.

THE SOCIAL SERVICE IN THE NEOLIBERAL CONTEXT: WORK RELATIONS AND PROFESSIONAL EXERCISE PRECARIZATION

Abstract: This article aims to render problematic the work precarization of the social assistant in the neoliberal context that involves Brazilian society since the 1990s. Because of transformations and redefinitions of the work in the contemporaneity, we seek to analyze the effects of neoliberal ideology and its refutations of the social assistant work.

Keywords: Neoliberalism. Work Precarization. Productive restructure. Social Service.

INTRODUÇÃO

Historicamente o processo de trabalho é a base da sobrevivência humana e constitui o homem como um ser social, fundamentando-o como protagonista da divisão das classes sociais. No interior das relações capitalistas, o trabalho, assume importante papel na exploração do homem e no crescimento das desigualdades sociais, sendo ele mesmo essencial para o alargamento e conservação da dominação burguesa sobre a sociedade de classes.

À vista de um cenário complexo e diferenciado, que envolve ameaças e ataques constantes ao conjunto dos direitos sociais e das políticas públicas, o campo de trabalho, a atuação e a intervenção do profissional do Serviço Social tem sido cada vez mais precária e angustiante, devendo o mesmo adequar-se às intervenções e regulações do mercado.

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: marcellyams@gmail.com.

² Estudante de Pós-Graduação, Universidade Federal da Paraíba, E-mail: marcellyams@gmail.com.

³ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Dessa maneira, constitui o objetivo deste estudo analisar como as transformações do mundo do trabalho decorrentes do processo de reestruturação produtiva impactaram as relações de trabalho do profissional de Serviço Social, visto que, o mesmo encontra-se inserido na “divisão sócio técnica do trabalho” (IAMAMOTO, 2011). Portanto, o desmonte do conjunto dos direitos sociais – essenciais ao projeto neoliberal –, pelo qual passa a sociedade brasileira tem atingido o Serviço Social precarizando suas relações de trabalho e intervenção no cenário contemporâneo.

O IDEÁRIO NEOLIBERAL E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

O ideário político-econômico conhecido como neoliberalismo, teve seus fundamentos baseados nos trabalhos de Friedrich Von Hayek, com *O caminho da Servidão* (1944) e de Milton Friedman, com *Capitalismo e Liberdade* (1962). Sua gênese data-se logo após o fim da II Guerra Mundial nas principais regiões do mundo do capitalismo maduro e surge como uma resposta teórica e política contrária ao Estado intervencionista e de Bem-Estar Social.

De acordo com Netto (1995, p. 77) o neoliberalismo apresenta uma “[...] argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável”. Sendo assim, para Netto (1995), essa compreensão fundamenta a tese da “indivisibilidade da liberdade”, que sugere que é a liberdade econômica instituída no livre mercado que possibilita a liberdade civil e política. Logo, nessa concepção, sem o livre mercado não pode existir nenhuma forma de liberdade.

Além disso, o autor aponta que além da defesa do livre mercado, o neoliberalismo desempenha o papel significativo na fundação de um projeto societário global, investido sobre a estrutura social e a ordem político-institucional (NETTO, 1995). Assim, o propósito neoliberal caracteriza o indivíduo como ser capaz de satisfazer suas carências e desejos, sem qualquer planificação externa, sem qualquer controle social definido por instância estatal.

O reforço desse pensamento em termos mundiais se dá como parte das soluções postas pelo capital para superação de uma de suas crises. Após um longo e próspero período do capital, conhecido como “anos dourados”, que demarcou o ápice do pacto fordista e do modelo keynesiano (1950-1960), o auge capitalista começa a declinar e a ilusão capitalista chega ao fim (NETTO, BRAZ, 2012), logo adentra em um período de recessão a partir da década de 1970 e início dos anos 1980. Instaurada uma nova crise, agora conhecida como a crise do capitalismo tardio, “[...] penetramos um novo período

histórico que denominamos de nova ofensiva do capital [...]” (ALVES, 1998, p. 110). Esse período traz como principal característica a articulação entre a política neoliberal e a reestruturação produtiva.

Conforme indica Antunes (2006a) seis elementos compõem o quadro crítico dessa crise capitalista, sendo eles:

[...] 1-A queda da taxa de lucro [...] 2- o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção [...]; 3- a hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção [...]; 4 - a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; 5- a crise do Welfare State ou do Estado de bem-estar social [...]; 6 - o incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulamentações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho [...] (p. 29 – 30).

Instaurado o quadro de crise estrutural⁴, ergue-se o processo de reorganização do sistema ideológico e político de dominação do capital (ANTUNES, 2006a). Esse processo, marcado pela chegada do neoliberalismo, apresenta “[...] a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal [...]; e conseqüentemente o processo de reestruturação da produção e do trabalho” (ANTUNES, 2006a, p. 31), como medidas essenciais para estimular a produção e retomar os padrões de lucros e expansão do capitalismo mundial, já que as crises são inerentes ao capital (NETTO, BRAZ, 2012) e delas dependem para existir e recriar novas estratégias de exploração das classes dominadas.

É fundamental situar que o neoliberalismo ganhou destaque após sua implantação nos países capitalistas centrais, durante os governos de Margaret Thatcher (1979), na Inglaterra; Ronald Reagan (1980), nos Estados Unidos da América e Helmut Kohl (1982), na Alemanha. Entretanto, o raciocínio neoliberal se fez presente não apenas como um ponto de vista econômico, mas também como um ponto de vista ideológico, visto que, tal ideário combatia fortemente governos intervencionistas e de economia planificada (DARDOT; LAVAL, 2016).

O fato consiste em que, o ideário neoliberal avança mundialmente ao ponto de manter certa hegemonia em vários países, sejam os de economia central ou de economia emergente, como é caso brasileiro, provocando transformações que alcançam a totalidade da vida em sociedade. Na esfera do trabalho, por exemplo, as transformações estão vinculadas ao processo de reestruturação produtiva, que provocou e tem provocado

⁴ Ver “A crise estrutural do capital” de István Mészáros.

transformações profundas para a reprodução da classe trabalhadora, como é o caso da flexibilização das formas de produção e da desregulamentação das legislações trabalhistas.

Segundo Alves (1998), é mediante o esgotamento do padrão taylorista e fordista que se gesta o processo de mudança no interior do padrão de acumulação capitalista. Tal processo é marcado pela constituição das formas de acumulação flexível, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico e da implantação do toyotismo (ANTUNES, 2006a).

Com essas transformações no padrão de acumulação capitalista, o toyotismo foi introduzido como técnica voltada para a redução de custos, um novo padrão de produção alinhado à acumulação flexível, isto é, compatível com os tempos do ideário neoliberal. No âmbito da produção, absorve-se no toyotismo a flexibilização da produção (do aparato produtivo e do processo de trabalho) que se fundamenta, conforme aponta Antunes (2006a) em um padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, que resulta da inserção de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços. Além da flexibilização das relações de trabalho, na qual se anseia a domesticação dos organismos sindicais dos trabalhadores, instituindo-se uma severa ofensiva sobre os sindicatos.

Ainda em conformidade com Antunes (2006a) algumas consequências das mutações no processo produtivo, colocadas acima, apresentam resultados imediatos no mundo do trabalho, bem como:

[...] desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; precarização e terceirização da força humana que trabalha [...] (ANTUNES, 2006, p. 53).

Portanto, a implantação do neoliberalismo e as transformações produtivas colocam novos desafios para a classe trabalhadora, ao estabelecer um conjunto de mudanças na organização da produção material e nas modalidades de gestão e consumo da força de trabalho, dessa forma provoca impactos nas práticas sociais que intervêm no processo de reprodução material e espiritual da força de trabalho (MOTA; AMARAL, 2010).

No contexto brasileiro, por exemplo, o neoliberalismo foi implantado nos anos 1990, inicialmente com o governo de Fernando Collor de Mello e depois com seu sucessor Fernando Henrique Cardoso (FHC), entretanto a política neoliberal continuou a ser perpetuada nos governos seguintes, com o Partido dos Trabalhadores (PT), uma vez que o

governo de Luiz Inácio Lula da Silva (LULA) conservaria “[...] intacta a herança dos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC) do tripé defendido pelo Consenso de Washington (superávit primário, metas inflacionárias e câmbio flutuante)” (CASTELO, 2012, p. 614).

Antunes (2006b) aponta que as consequências da entrada do ideário neoliberal no Brasil foram intensas, já que parcela do PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro foi transferida do setor produtivo estatal para o capital privado, em função do intenso processo de privatização ocorrido nos anos 1990. Esse processo de privatização trouxe modificações no mundo do trabalho, que podem ser vistas pelos seguintes exemplos: “[...] em meados dos anos 1980, havia cerca de 850 mil bancários no Brasil. Em 2006, são pouco menos de 400 mil bancários. O ABC Paulista tinha, no mesmo período, cerca de 240 mil trabalhadores metalúrgicos; hoje tem menos de 100 mil” (ANTUNES, 2006b, p. 43).

Todavia, setores do telemarketing, as terceirizações, os assalariados do setor de serviços, todos inseridos progressivamente na lógica da acumulação flexível, além dos trabalhadores em turismo, hotelaria, hipermercados, etc. expandiram-se (NOGUEIRA, 2005 *apud* ANTUNES, 2006b).

O resultado obtido desse conjunto de modificações é visto pelo aumento do desemprego, da precarização do trabalho de forma ilimitada, do rebaixamento salarial, da perda de direitos trabalhistas, da crescente informalização do trabalho, ou seja, o trabalho desprovido de regulamentação, etc. (ANTUNES, 2006b).

No Brasil, a busca de saídas para a crise do capital sob a hegemonia neoliberal permanece na atual conjuntura e tem se intensificado. Se viu com a entrada do governo ilegítimo de Michel Temer (2016-2018) o aprofundamento do projeto neoliberal, que trouxe medidas radicais de caráter conservador e reacionário, no qual ameaçam o sistema protetivo garantido na Constituição Federal de 1988.

Na cena contemporânea, com o governo de Jair Messias Bolsonaro (PSL), o projeto iniciado por Michel Temer permanece. Tem-se então, o aprofundamento das políticas neoliberais que rebatem fortemente nas esferas econômicas, do trabalho, da educação, da previdência social, da saúde e da assistência. Logo, as medidas postas pela reestruturação produtiva, explanadas ao longo do texto se intensificam e a classe trabalhadora perpetua na saga da precarização do trabalho e da perda de direitos adquiridos historicamente a duras penas.

Assim sendo, o que se percebe é que o ideário neoliberal combinado ao processo de reestruturação produtiva alcançou sociedades nas quais a condição de controle sobre o mercado de trabalho e as conquistas dos trabalhadores haviam avançado, resultando, por

exemplo, na intensificação das formas de extração do trabalho e na ampliação do emprego terceirizado. No cenário brasileiro, verifica-se então, uma nova morfologia social de acumulação capitalista baseada na “lógica da redundância do trabalho vivo” (ALVES, 2009) e na perspectiva de concretizar os interesses do capital financeiro e das grandes corporações, desse modo mais uma articulação da burguesia que visa determinar novas características na relação capital, trabalho e Estado.

O SERVIÇO SOCIAL E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Parte-se do pressuposto de que a configuração do capitalismo contemporâneo ocasionou mudanças significativas na estrutura social, econômica e política da sociedade brasileira orientadas pela ideologia neoliberal. Nesse sentido, as novas estratégias adotadas pelo capital e postas em prática pelo processo de reestruturação produtiva afetou não apenas o mundo do trabalho, mas também o modo de ser e de viver da classe trabalhadora.

Ao afetar o modo de produção e reprodução da vida social, os impactos da reestruturação produtiva do capital acabaram por afetar as relações de trabalho que envolvem, também, o Serviço Social, já que a profissão está inscrita na divisão sócio técnica do trabalho, legitimada pelo estado e pelo mercado de trabalho para atuar como ferramenta de execução nas políticas públicas e sociais (IAMAMOTO, 2011).

Convém ressaltar, entretanto, que as origens do Serviço Social dizem respeito diretamente às relações estabelecidas entre as classes da sociedade capitalista. Ou seja, à medida que atende as exigências das classes dominantes, antagonicamente, atende as demandas e necessidades das classes dominadas, exercendo papel relevante como mediador entre as mesmas.

A institucionalização do Serviço Social como profissão na sociedade capitalista se explica no contexto contraditório de um conjunto de processos sociais, políticos e econômicos, que caracterizam as relações entre as classes sociais na consolidação do capitalismo monopolista. Assim, a institucionalização da profissão de uma forma geral, nos países industrializados, está associada à progressiva intervenção do Estado nos processos de regulação social (Yazbek, 2009, p. 5).

Portanto,

O Serviço Social, como profissão, situa-se no processo de reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante entre a classe trabalhadora. Isto é: na criação de bases políticas para o exercício do poder de classe. Intervém, ainda, através dos serviços sociais, na criação de condições favoráveis à reprodução da força de trabalho (IAMAMOTO, 2011, p. 100).

Nesse sentido, a dinâmica de relações entre as classes socialmente antagônicas do capital deu origem à profissão que passou a atuar no conjunto de contradições ocasionadas pela relação capital x trabalho⁵, sem alterar, entretanto, o caráter dominante da sociedade burguesa. Sendo assim, podemos pensar que o Serviço Social se desenvolve em meio às contradições econômicas e políticas derivadas da dinâmica de relação entre classes na sociedade capitalista.

A relação capital x trabalho, ao longo dos anos, provocou inúmeras metamorfoses na sociedade que se estenderam nas diversas esferas que compõem a vida societária, ou seja, nas esferas política, econômica, social e cultural. A década de 1970, por exemplo, foi caracterizada pela grande crise do capitalismo monopolista deixando como legado recessão econômica em escala global e ao mesmo tempo redesenhou o perfil do capitalismo coetâneo (BRAZ, NETTO, 2012). Contudo, as estratégias do capital para o enfrentamento da crise, com a adoção das ideias Keynesianas que resultaram no Welfare State (Estado de Bem-Estar Social) não conseguiram conter os efeitos da crise e “a partir de então houve uma dificuldade do capitalismo contemporâneo de escapar ao dilema entre recessão profunda ou inflação acentuada” (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p. 117).

Para tentar controlar ou contornar os efeitos da crise que adentrou nos anos 1980, o capital elencou novas estratégias e entrou em um novo período com a ascensão das ideias neoliberais nos EUA e Inglaterra. Entretanto, essa hegemonia neoliberal dos países centrais não controlou a crise nem modificou os índices de recessão e baixo crescimento econômico, pelo contrário, as medidas adotadas aumentaram os impactos para as condições de vida da classe trabalhadora realçando o desemprego, a destruição de postos de trabalho, a redução de salários e a redução de gastos com políticas sociais (BEHRING, BOSCHETTI, 2011).

As novas estratégias capitalistas, influenciadas pela ideologia neoliberal, reconfiguraram o mundo do trabalho pela adesão de um novo padrão de acumulação pautado na reestruturação produtiva, na mundialização financeira e nos mecanismos e na gestão do trabalho. Diante disso, surgiram várias implicações tanto no mundo trabalho quanto na reprodução da vida social, isso de tal modo que as relações de trabalho decorrentes dessa estrutura capitalista, ameaçadas pelo conjunto de privatizações, desregulamentações e flexibilizações da produção acabariam por inserir a classe trabalhadora em cenários cada vez mais precarizantes de venda de sua força de trabalho.

Nessa perspectiva, as estratégias adotadas pelo capital não isentam a categoria de assistentes sociais dos impactos causados pelas modificações no mundo do trabalho, já que

⁵ Ver “As políticas sociais e a experiência do Welfare State” em Política Social: fundamentos e história de Behring e Boschetti.

a mesma está inserida no mercado. Ao contrário, diante da realidade de trabalhador assalariado, o assistente social experimenta no seu itinerário cotidiano laboral as desregulações e exigências do capital. Ou seja, nesta dinâmica de flexibilização/precarização, está envolvido pela sombra da insegurança do emprego, do alto índice de desemprego, contratações e subcontratações precárias, pífios salários, desqualificação do trabalho e da formação, ambientes sócio-ocupacionais instáveis, sem contar os índices de adoecimento e as ameaças que envolvem os assistentes sociais em sua subjetividade, sua reprodução e suas condições de vida, no que rege sua orientação às exigências do patrão (RAICHELIS, 2011).

Somado a isso, o capital impõe novas necessidades e demandas que precisarão ser incorporadas em seus diversos espaços sócio-ocupacionais, que diante de um cenário precário de regressão dos direitos sociais e precarização das políticas públicas e sociais, exigirão do profissional um esforço maior para atender as demandas da população e driblar os efeitos destrutivos do grande capital financeiro.

Sob essa ótica, a “pressão pelo aumento da produtividade e de resultados imediatos, ausência de horizontes profissionais de mais longo prazo, falta de perspectivas de progressão e ascensão na carreira, ausência de políticas de capacitação profissional, entre outros” (RAICHELIS, 2011, p. 422) intensificam ainda mais a fragilidade desses profissionais. Todavia, como vimos, neste terreno contraditório, as condições socioeconômicas e ídeo-políticas rebatem duplamente sobre o Serviço Social, logo que seus agentes são atingidos como cidadãos e trabalhadores, como profissionais viabilizadores de direitos sociais.

Cavalcante (2009, p. 108), entende “a precarização como uma das consequências da flexibilização e da desregulamentação do trabalho que se apresenta de forma intensificada quando as condições de trabalho se agravam significativamente.” Isso é fundamental para compreender que os vínculos frágeis e os pífios valores salariais dos assistentes sociais, bem como as debilitadas estruturas físicas dos espaços sócio-ocupacionais para o desenvolvimento da prática profissional na execução das ações e intervenção aos seus usufrutuários demandantes, são sinais cada vez mais claros da ampliação do trabalho precarizado desses profissionais.

De modo geral, a forma de contratação dos assistentes sociais tem acontecido de maneira debilitada. Com isso, há uma significativa desvalorização do exercício profissional, bem como das condições de trabalho nas quais estão inseridos esses trabalhadores. Assim, a precarização do trabalho profissional mantém grande parte da categoria profissional

excluída do mercado e ao mesmo tempo intensifica a atuação de trabalhadores do mercado informal.

Em resumo, o neoliberalismo institui no país uma política de dismantelamento do Estado e das políticas públicas e sociais – um dos principais campos de contratação e atuação de assistentes sociais –, “desencadeando novas requisições, demandas e possibilidades ao trabalho do assistente social no âmbito das políticas sociais. Ao mesmo tempo e no mesmo processo, contraditoriamente, aprofunda-se a precarização, aberta ou velada, das condições em que esse trabalho se realiza” (RAICHELIS, 2011, p. 434).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atuais reconfigurações das estratégias capitalistas, como bem vimos, afetam diversas instâncias da vida em sociedade e, em especial, no mercado de trabalho dos assistentes sociais. Contudo, é necessário destacar que essas estratégias se opõem, sobretudo, aos princípios do projeto ético-político e lançam desafios constantes à sua efetivação. Nessa direção, os desafios postos à profissão têm impactos ainda maiores no que rege seu projeto profissional, rebatem diretamente nos avanços obtidos no campo do ensino, do exercício profissional e da produção de conhecimento, que são seus eixos estruturantes.

A dinâmica societária ao longo dos anos, alterou não somente os processos de produção e reprodução da vida social, mas também, as relações entre o público e o privado, e, por conseguinte, as demandas profissionais. Portanto, ao alterar as relações sociais e as demandas profissionais, são exigidos dos profissionais de Serviço Social maior capacitação para atuar nas novas formas de enfrentamento da questão social.

Inserido em um contexto neoliberal, o Serviço Social também tem enfrentado outros desafios no campo ideológico que o remete à raiz de sua formação. Ou seja, o conservadorismo ideológico que tem ascendido na sociedade brasileira exerce forte influência sobre o Serviço Social, de modo que parcela significativa de sua categoria profissional tem retomado com mais coragem às antigas práticas que deram origem à profissão, à vista disso, põe em xeque não apenas os princípios que hoje orientam a profissão, mas ainda, a direção ética-política da qual se apropriou a categoria em consonância com movimento de Reconceituação do Serviço Social.

É importante sinalizar que o conservadorismo, pensamento político em evidência na presente conjuntura, tem sido objeto constante de análises e críticas para o constructo

teórico do Serviço Social. Suas múltiplas expressões acabam por incidir também no interior da profissão – uma vez que a mesma teve sua origem caracterizada pelo conservadorismo tradicional em meados dos anos 1930 –, contribuindo com o fortalecimento de problemáticas como o Sincretismo e o Ecletismo.

Por isso um dos maiores desafios postos ao Serviço Social na cena contemporânea, conforme aponta Mota e Amaral (2014, p. 41) apud Ramos e Santos (2016, p. 215), é a defesa do projeto profissional, que nessa conjuntura vem sofrendo com a nova ofensiva conservadora que “[...] por meio do pensamento pós-moderno, do pragmatismo e do ecletismo, insiste em reduzir o projeto profissional à sua viabilidade prática, tecnicando-o e imprimindo uma racionalidade e instrumentalidade negadora de seus princípios e propósito.”

Todas essas transformações orquestradas pelo projeto neoliberal na contemporaneidade trazem desafios ao Serviço Social e a materialização de seu projeto profissional. Afinal, temos um projeto societário em curso, diferente do que propõe o Projeto Ético- político da profissão, esse, por sua vez, se vincula a um projeto societário que objetiva a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ ou exploração de classes, etnia e gênero (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovani. Nova Ofensiva do capital, crise do sindicalismo e as perspectivas do trabalho – o Brasil nos anos noventa. In: Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho – 2. Ed. – São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1998. P. 109-193.

_____. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal – Precarização do trabalho e redundância salarial. Disponível in: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802009000200008. Acesso em: 27/05/2019.

AMARAL, A. S. do; MOTA, A. E. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: A nova fábrica dos consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Cenários, contradições e pelezas do serviço social brasileiro. Ana Elizabete Mota, Angela Amaral, (org.). – São Paulo: Cortez, 2016.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 8. Ed. São Paulo: Boitempo, 2006a.

_____. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo – São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMMA, 2006b.

BEHRING, Elaine Rossetti. R. BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. 4. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, nº 112, p. 613-636, out./dez.2012.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luiza de Souza; GOMES, Vera Lúcia Batista. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im)postos ao Serviço Social. In: Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 130, p.447-466, set/dez. 2017.

CAVALCANTE, Girlene Maria Mátis. A precarização do trabalho e das políticas sociais na sociedade capitalista: fundamentos da precarização do trabalho do assistente social. 2009. Monografia (Mestrado em Serviço Social)- Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

IAMAMOTO, Marilda. Renovação e conservadorismo no serviço social: Ensaio crítico. – 11. Ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. Crise do socialismo e ofensiva neoliberal. 2. Ed. São Paulo, Cortez, 1995. (Coleção questões da nossa época; v. 20).

_____; BRAZ, Marcelo. Economia política: uma introdução a crítica. 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. In: Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. In: Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.